

Cadernos
IHU *ideias*



Ano 13 • nº 230 • vol. 13 • 2015 • ISSN 1679-0316

**Biopoder e a constituição
étnico-racial das populações**
Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica
da mestiçagem no Brasil

Gustavo da Silva Kern



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Biopoder e a constituição étnico-racial das populações
Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil

Biopower and the ethnical-racial constitution of populations
Racialism, eugenics and the biopolitical management of miscegenation in Brazil

Gustavo da Silva Kern

Resumo

O presente trabalho apresenta uma incursão teórica e empírica acerca do biopoder e sua atuação sobre a constituição étnico-racial da população brasileira. Partindo de uma discussão em torno da acepção que Michel Foucault conferiu ao conceito de biopoder e avançando sobre sua análise em torno do “racismo de Estado”, passo à abordagem dos discursos racialistas e eugenistas produzidos em nosso país entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Ao problematizar as teorizações em torno do branqueamento da população brasileira, procura-se compreender o que Antonio Negri e Giuseppe Cocco chamaram de gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil.

Palavras-chave: Biopoder. Biopolítica. Racialismo. Eugenia. Branqueamento.

Abstract

This paper proposes a theoretical and empirical discussion on biopower and its influence on the ethnical-racial constitution of the Brazilian population. Starting from a debate on Michel Foucault's view of biopower and focusing on his analysis of “state racism”, I approach the racialist and eugenistic discourses produced in Brazil between the last decades of the 19th and the first decades of the 20th century. By problematizing theories on the whitening of Brazil's population, I try to understand what Antonio Negri and Giuseppe Cocco have called the biopolitical management of miscegenation in Brazil.

Keywords: biopower, biopolitics, racialism, eugenics, whitening.

Cadernos
IHU *ideias*

**Biopoder e a constituição
étnico-racial das populações
Racialismo, eugenia e a gestão
biopolítica da mestiçagem no Brasil**

Gustavo da Silva Kern

ano 13 • nº 230 • vol. 13 • 2015 • ISSN 1679-0316



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Jacinto Schneider

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XIII – Nº 230 – V. 13 – 2015

ISSN 1679-0316 (impresso)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: Lic. Átila Alexius; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. MS Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Benice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: Lic. Átila Alexius

Arte da capa: Tobias Beise Ulrich

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração eletrônica: Rafael Tarcísio Forneck

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003) - . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .
v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa de Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000, São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467

Email: humanitas@unisinos.br

BIOPODER E A CONSTITUIÇÃO
ÉTNICO-RACIAL DAS POPULAÇÕES
RACIALISMO, EUGENIA E A GESTÃO
BIOPOLÍTICA DA MISTIÇAGEM NO BRASIL¹

Gustavo da Silva Kern

“Biopoder e a constituição étnico-racial das populações” foi o tema proposto pelo Instituto Humanitas para o presente *IHU ideias*. Na impossibilidade de discutir essa problemática geral em toda sua extensão, este ensaio busca sugerir como o biopoder pode ser pensado em suas articulações com a constituição étnico-racial da população brasileira – por isso seu subtítulo “Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil”.

O trabalho está dividido em três partes. Na primeira parte, abordo algumas questões de cunho teórico acerca das relações entre biopoder, biopolítica e racismo nas teorizações de Michel Foucault. Nas duas partes subsequentes, detenho-me sobre a questão racial no Brasil. Procuo discutir alguns aspectos referentes à emergência dos discursos racialistas e eugenistas produzidos no país entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX para, por fim, problematizar o que Antonio Negri e Giuseppe Cocco (2005) chamaram de condução biopolítica da mestiçagem, tomando por objeto de análise as teorizações em favor do branqueamento da população brasileira surgidas no âmbito dessa proliferação de discursos em torno da raça.

¹ Este texto baseou a apresentação realizada no *IHU ideias* de 28 de agosto de 2014. As considerações nele desenvolvidas decorrem das pesquisas que venho desenvolvendo nos últimos anos, junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS), sob a orientação do Professor Alfredo Veiga-Neto.

Biopoder, biopolítica e o racismo de Estado em Foucault

No registro do pensamento de Foucault, os conceitos de biopoder e biopolítica surgiram no âmbito de sua analítica genealógica das relações de poder. Em *A vontade de saber*, obra em que o conceito de biopoder foi introduzido, o filósofo francês o definiu como “um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto” (FOUCAULT, 1988, p. 149)².

Para o autor, esse poder, que tem por tarefa “gerir a vida” (FOUCAULT, 1988, p. 151) assumiu essa função a partir do século XVII, materializando-se de duas formas: por um lado, através das técnicas disciplinares, constituintes de uma anátomo-política do corpo humano, tomado como máquina; por outro, através de intervenções sobre a vida humana em sua dimensão coletiva, surgidas na segunda metade do século XVIII, materializando-se em estratégias biopolíticas de regulação deste corpo múltiplo que é a população (p. 151-152)³.

Ainda de acordo com Foucault (1988, p. 152), corpo individual – como máquina deve ser disciplinado – e corpo múltiplo – como população deve ser regulado – constituem “os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida”. Nos Oitocentos, século das ortodoxias científicas e seus dogmas deterministas, é que o biopoder pôde articular sua atuação sobre esses dois polos através da norma.⁴

2 Essa caracterização seminal do biopoder foi posteriormente retomada como ponto inicial de importantes análises em torno das formas pelas quais se dá o exercício do poder sobre a vida, que foram desenvolvidas não apenas por Foucault, mas também por toda uma “corrente biopolítica”. Em *Una historia conceptual de la biopolítica* – texto fundamental para o presente Projeto de Pesquisa e especialmente para a escrita deste capítulo – Edgardo Castro (2011) descreve a história dos conceitos de biopoder e biopolítica. O autor aborda principalmente as teorizações de Foucault e de seus tributários (tais como os italianos Giorgio Agamben, Roberto Esposito e Antonio Negri). Todavia, também remonta suas raízes na antiguidade clássica, assim como suas primeiras aparições modernas anteriores às reflexões de Foucault.

3 Castro (2009, p. 60) sugere a seguinte distinção entre a expressão disciplinar e a expressão biopolítica do biopoder: “1) Quanto ao objeto: a disciplina tem como objeto o corpo individual; a biopolítica, o corpo múltiplo, a população, o homem como ser vivente pertence a uma espécie biológica. 2) Quanto aos fenômenos considerados: enquanto as disciplinas consideram os fenômenos individuais, a biopolítica estuda os fenômenos de massa. 3) Quanto aos seus mecanismos: os mecanismos das disciplinas são de ordem do adestramento do corpo; os da biopolítica são mecanismos de previsão, de estimativa estatística, medidas globais. 4) Quanto à finalidade: a disciplina se propõe obter corpos economicamente úteis e politicamente dóceis; a biopolítica persegue o equilíbrio da população, sua regulação”.

4 Conforme Castro (2011, p. 56), deve se ter em conta que “O poder normalizador do corpo da população não funciona do mesmo modo que o poder normalizador do corpo dos indivíduos [...] Foucault distinguirá, por isso, entre uma normalização biopolítica e uma normação disciplinar”.

Como afirmou o filósofo no curso *Em defesa da sociedade*, ministrado no Collège de France em 1976, a norma é algo que se pode “aplicar tanto a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (FOUCAULT, 1999, p. 302), de modo que:

A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra.

O biopoder, e este aspecto deve ser levado em conta, se tornou efetivo paralelamente à constituição da biologia como campo científico independente da história natural e, desse modo, se afirmou sobre o conceito moderno de vida. Em *As palavras e as coisas*, Foucault (2009, p. 174-175) propôs a seguinte observação:

Pretende-se fazer histórias da biologia no século XVIII; mas não se tem em conta que a biologia não existia e que a repartição do saber que nos é familiar há mais de 150 anos não pode valer para um período anterior. E que, se a biologia era desconhecida, o era por uma razão bem simples: é que a própria vida não existia.⁵

A passagem do século XVIII para o século XIX foi, para o filósofo francês, o limiar da modernidade biológica, no qual a categoria de vida se tornou não apenas objeto, mas também sujeito de uma série de estratégias políticas. O paradoxo desse processo pode ser resumido na conhecida passagem de *A vontade de saber*: “O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal em cuja política sua vida de ser vivo está em questão” (FOUCAULT, 1988, p. 156).

Para entender a implicação do referido paradoxo, seria interessante fazer um breve comentário sobre a recepção por Giorgio Agamben do conceito foucaultiano de biopoder, noção fundamental em uma série de trabalhos desenvolvidos pelo filósofo italiano. Sem entrar na complexidade do debate em torno da utilização que Agamben faz do conceito fou-

5 Foucault (2009, p. 171-225), ao polemizar com os historiadores das ciências e das ideias em *As palavras e as coisas*, mais especificamente no capítulo “Classificar”, tratou de mostrar como se pôde falar em biologia apenas no século XIX. A definição da biologia como disciplina teria se dado com o esgotamento da história natural e da episteme clássica, conjuntamente ao delineamento da episteme propriamente moderna, no interior da qual figuraria a biologia.

caultiano de biopoder,⁶ me parece importante reter alguns aspectos de sua análise etimológica das relações entre vida e política.

O ponto de partida de sua obra seminal, *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*, é a filosofia clássica grega. Principalmente através de Platão e Aristóteles, o filósofo italiano utilizou as primeiras páginas de seu livro para demonstrar como os gregos possuíam dois termos para referir-se àquilo que modernamente chamamos de vida: enquanto o termo *zoé* exprimia simplesmente o fenômeno da existência em seu sentido natural, referia o fato de viver comum aos seres vivos em geral, o termo *bíos* exprimia a vida qualificada, a vida imbuída de determinada forma, e o que é mais importante, a dimensão política da existência individual e/ou coletiva do homem (AGAMBEN, 2010, p. 9-19).

Da *pólis*, o espaço político por excelência, a vida natural (*zoé*) está absolutamente excluída, pois o que possui valor é a vida política (*bíos*). Nesse contexto, portanto, o escravo estava totalmente excluído da *pólis*. Como o outro da cidadania, sua existência estaria limitada à exploração de suas capacidades naturais. Não deveria possuir, evidentemente, qualquer poder de opinião ou decisão política. A vida qualificada seria privilégio dos cidadãos, que seriam de fato e de direito os detentores de existência política. Aqui é possível retomar o paradoxo de Foucault, que com argúcia compreendeu que é apenas na Modernidade, com a biologização da vida e a emergência do biopoder, que *zoé* e *bíos* “entram num espaço de pura indeterminação” (AGAMBEN, 2010, p. 16).

A gênese histórica da ciência da vida, possibilitou que esse espaço de pura indeterminação tenha se formado. O conceito de vida forjado pela biologia — fundamento do determinismo biologicista conhecido nos séculos XIX e XX — foi elemento decisivo para que a vida natural e a vida política do homem se tornassem indiscerníveis, na medida em que é desta nova categoria científica que o biopoder se vale para regular a totalidade da existência humana. Independente das pos-

6 Agamben ampliou o domínio de alcance do biopoder, principalmente do ponto de vista de sua historicidade. Definindo o biopoder como essência de toda manifestação do poder, desde a antiguidade clássica ao período contemporâneo, em um processo no qual a vida nua deixou de ser exceção para se tornar regra. Como afirmou Agamben (2010, p. 164), através do funcionamento do biopoder moderno: “O estado de exceção cessa de ser referido a uma situação externa e provisória de perigo factício e tende a confundir-se com a própria norma”. Segundo Edgardo Castro (2011), esse deslocamento operado por Agamben tem de ser entendido tendo em conta seu interesse pelas relações entre biopoder e soberania, ou mais especificamente, sobre o modo pelo qual a vida nua está inscrita no funcionamento do poder soberano. Com isso, a politização da vida — o biopoder — deixa de ser uma novidade moderna, e sua existência remonta à soberania greco-romana. Essa compreensão ampliada do conceito de biopoder foi profundamente criticada em um interessante ensaio de Paul Rabinow e Nikolas Rose (2006), sugestivamente intitulado *O conceito de biopoder hoje*.

síveis qualidades da existência de um indivíduo, o simples fato de existir, de viver, torna essa existência algo de natureza política, algo da ordem do biopoder.

Desde então, segundo Foucault (1988, p. 155), o “biólogo refletese no político”. O biopoder é caracteristicamente moderno porque sua emergência coincide com a “entrada da vida na história — isto é, a entrada da vida da espécie humana na ordem do saber e do poder” (p. 154).

No que diz respeito aos interesses deste texto, faz-se interessante avançar um pouco mais nesta breve digressão em torno das teorizações acerca do biopoder. Uma das principais expressões deste poder sobre a vida, segundo Foucault (1988), foi sua materialização biopolítica no fenômeno do racismo, que “em sua forma moderna, estatal, biologizante” (p. 162) se formou no século XIX:

No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. Em resumo, de estabelecer uma cesura que será do tipo biológico no interior de um domínio considerado como sendo precisamente um domínio biológico. Isso vai permitir ao poder tratar uma população como uma mistura de raças ou, mais exatamente, tratar a espécie, subdividir a espécie de que ele se incumbiu em subgrupos que serão, precisamente, raças. Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo a que se dirige o biopoder (FOUCAULT, 1999, p. 304-305).

A constituição do racismo moderno decorreu do surgimento da concepção científica na qual a espécie humana estaria dividida biologicamente em raças. *Em defesa da sociedade*, referido acima, é em grande parte dedicado ao estudo de como a noção pré-moderna de raça foi deslocada nos Oitocentos. Uma vez biologizada no âmbito das teorias raciais da degenerescência, a renovada ideia de raça esteve no cerne do funcionamento do biopoder. A biologização da raça, é importante ter em conta, foi contemporânea da afirmação da biologia como ciência da vida, bem como do vínculo que rapidamente se estabeleceu “entre a teoria biológica do século XIX e o discurso do poder” (FOUCAULT, 1999, p. 306-307).

A instrumentalização teórica do racismo pelo racialismo possibilitou que iniciativas no sentido de empreender uma normalização racial das sociedades modernas adquirissem legitimidade científica, portanto, legitimidade no âmbito do saber e do poder. O exemplo mais significativo desta vontade de regulação biopolítica através da raça foi a eugenia, que, intro-

duzida por Francis Galton nas últimas décadas do século XIX, seria amplamente difundida nas décadas seguintes. O desejo de aprimorar a constituição racial daqueles que, fazendo parte da população, eram considerados biologicamente inferiores, explica em parte a relevância que o racismo e seu determinismo biologicista assumiram junto aos mecanismos estatais informados pelo biopoder. A ciência do melhoramento racial, desse modo, foi uma implicação direta do que Foucault (1999, p. 304) chamou de racismo de Estado:

O que inseriu o racismo nos mecanismos de Estado foi a emergência desse biopoder. Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo.

Como observam Paul Rabinow e Nikolas Rose (2006, p. 31) em *O conceito de biopoder hoje*, ao introduzir a noção de biopoder – no curso *Em defesa da sociedade* – Foucault é “preciso quanto ao fenômeno histórico que estava buscando apreender”. Nessa oportunidade, de acordo com os autores do ensaio, o filósofo francês não definiu o biopoder como algo trans-histórico ou metafórico, pelo contrário, estava “baseado numa análise histórica ou genealógica” (p. 32) do racismo de Estado.

Para Foucault, a mais dramática manifestação histórica do biopoder, uma vez funcionando como racismo de Estado, foi o processo de eugeniização levado a cabo pelo regime nazista, que conduziu ao limite sua ambição de normalização biológico-social da população através do melhoramento racial. A eugenia, assim, se constitui em expressão por excelência da biopolítica, convertida em objetivo maior de um Estado “que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder” (FOUCAULT, 1999, p. 309):

Estado racista, Estado assassino, Estado suicida. Isso se sobrepõe necessariamente e resultou, é claro, ao mesmo tempo na “solução final” (pela qual se quis eliminar, através dos judeus, todas as outras raças das quais os judeus eram a um só tempo o símbolo e a manifestação) dos anos 1942-1943 e depois no telegrama 71, pelo qual, em abril de 1945, Hitler dava ordem de destruir as condições de vida do próprio povo alemão (FOUCAULT, 1999, p. 311).

Ora, guardados os devidos distanciamentos, parece-me que o discurso racialista e o discurso eugenista produzido no Brasil durante a primeira metade do século XX compuseram determinadas estratégias biopolíticas voltadas para a regulação da constituição racial da população brasileira. “Não há *status quo* na vida dos povos. Toda a política deve ser

essencialmente uma política do futuro, uma política biológica” (KEHL, 1933, p. 50), propunha o teórico eugenista Renato Kehl (1889-1974) aos participantes do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929. Toda política, segundo ele, deveria constituir-se em política voltada para a vida biológica, para o melhoramento racial da população.

Ao procurarem refinar o conceito de biopoder, Rabinow e Rose (2006, p. 37) insistem sobre a necessidade de historicizar os fenômenos sociais a ele relacionados, sugerindo que a materialização histórica do biopoder envolve a identificação e a análise crítica de fenômenos em que se combinem as seguintes dimensões:

[...] uma forma de discurso de verdade sobre os seres vivos; um conjunto de autoridades consideradas competentes para falar aquela verdade; estratégias de intervenção sobre a existência coletiva em nome da vida e da morte; e modos de subjetivação, nos quais os indivíduos podem ser levados a atuar sobre si próprios, sob certas formas de autoridade, em relação a estes discursos de verdade, por meio de práticas do self, em nome da vida ou da saúde individual ou coletiva.

Tributário do racismo local, o movimento eugenista que se afirmou no Brasil durante as primeiras décadas do século XX reclamou a necessidade urgente de promover o melhoramento racial da população. O *telos* das intervenções biopolíticas que forjaram, desse modo, era a potencialização das capacidades vitais deste corpo múltiplo. Para tanto, toda uma importante corrente intelectual, convertida em movimento social: 1) produziu discursos de verdade sobre a vida, definida como algo determinado pela raça; 2) constituiu-se como autoridade científica competente para definir formas de conduzir a existência coletiva da população, visto que sua condição de inferioridade racial deveria ser revertida pelo melhoramento racial, por meio de um processo de normalização eugênica; 3) atuou de forma incisiva no debate político da época, de modo que seu discurso, materializado na teoria eugenista e na propaganda eugenista, tornou-se amplamente difundido, sendo tomado como o caminho mais viável para a evolução biológico-social e para o progresso nacional.

Raça, racismo e eugenia no Brasil

Em seu *Origens do Totalitarismo*, Hannah Arendt (1989) demonstrou como, na segunda metade do século XIX, emergiram duas formas caracteristicamente modernas de interpretar a história das sociedades: aquela que interpreta a história como uma luta econômica entre classes e aquela que interpreta a história como uma luta natural entre raças. Ambas as

formas pretenderam, cada qual por seu turno, apresentar-se como detentora da *chave da história*, propondo-se a solucionar os enigmas do universo, a dominar o conhecimento íntimo das leis universais ocultas que supostamente regem a natureza e o homem.

No Brasil, desde a década de 1870, ilustres “homens de ciência” encontraram na noção de *raça* a sua chave da história: através dela seria possível explicar o passado, descrever o presente e prever o futuro da nação. Na ótica de grande parte da *intelligentsia* local, a população brasileira seria vítima de um histórico processo de degenerescência biológica em função da mestiçagem racial entre as três matrizes étnico-raciais: europeia (sobretudo lusitana), africana e indígena, predominantes na conformação da população.

Na passagem do século XIX para o século XX, a ideia do progresso como via inevitável, necessária e única para o ensejo de um verdadeiro processo civilizador se tornou imperativa no Brasil. Um futuro guiado pelas forças do progresso moderno se abriu no horizonte de expectativa das elites intelectuais e políticas que viveram a ruptura histórica representada, respectivamente, pela Abolição da Escravatura em 1888 e a inauguração da República em 1889. Em *Os Sertões*, de 1902, Euclides da Cunha (1866-1909) apreendeu este espírito progressista na polêmica máxima “Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos” (2001 [1902], p. 157).

A esse signo do progresso modernizador-civilizador, então dominante no horizonte político, somou-se a ideia, também imperativa, de que sobre a maior parte da população brasileira recairia o estigma da inferioridade racial. Como decorrência da mestiçagem extremada entre raças superiores e raças inferiores, o corpo múltiplo constituído pela população nacional seria vítima de toda a sorte de fatalidades que as leis biológicas impõem.⁷ Aqui, é possível recorrer uma vez mais ao autor de *Os Sertões*, para quem o mestiço era, antes de tudo, “um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores” (CUNHA, 2001, p. 200).

A inferioridade racial do mestiço e sua degenerescência, cientificamente reconhecidas, colocavam uma relevante ameaça a ser dimensionada por aqueles que, compartilhando dos juízos deterministas, se encontravam avidamente empenhados em tornar possível a marcha do progresso. Caberia à elite intelectual da nação, especialmente aos seus

7 Euclides da Cunha (2001 [1902], p. 199), em conhecida passagem de *Os Sertões*, dificilmente poderia ser mais claro ao fazer a seguinte constatação: “A mestiçagem extremada é um retrocesso. [Mesmo que] reaja sobre o produto do influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior”.

“homens de ciencia”, propor soluções para um problema que, aos olhos de muitos deles, parecia insolúvel: como uma população predominantemente mestiça, e desse modo racialmente inferior, vítima de seus estigmas biológicos e do retrocesso que lhe é correspondente, poderia conduzir a nação ao almejado progresso modernizador?

O discurso eugenista constituído nas primeiras décadas do século XX ofereceria uma resposta a essa questão. Embora compartilhado pelos teóricos eugenistas, esse consenso em torno da predestinação racial do mestiço não foi por eles forjado. Deve ser compreendido, isto sim, em relação à formação dessa importante corrente de pensamento que, principalmente a partir da década de 1870, utilizou de modo seletivo e original os dogmas do racismo científico e do darwinismo social europeu para pensar o Brasil.⁸

Esse “racialismo à brasileira”, um racialismo caracteristicamente local, se tornou uma corrente intelectual tão representativa quanto heterogênea, que encontrou no conceito de *raça* — e no determinismo biológico em última instância — a chave de suas teorizações e análises sobre o Brasil. Para isso, valeu-se da perspectiva de análise racialista não apenas para explicar a formação da nação e sua identidade nacional, mas também para elaborar estratégias para a condução do processo de profundas transformações vivido pela nação, controlando seu presente e projetando seu futuro.⁹ É interessante notar, como observou Schwarcz (1993, p. 37) em *O espetáculo das raças*, que:

Longe de conformarem um grupo homogêneo, divididos em função dos vários interesses profissionais, econômicos e regionais — que tendem a se acirrar com a queda da monarquia —, esses intelectuais guardavam, porém, certa identidade que os unia: a representação comum de que os espaços científicos dos quais participavam lhes davam legitimidade para discutir e apontar os impasses e perspectivas que apresentavam para o país. Reduzida, essa elite ilustrada acabava circulando pelos diferentes centros e estabelecendo rela-

8 A terminologia proposta por Charles Darwin (1809-1882) em *A origem das espécies* se consolidou rapidamente como paradigma a partir de meados do século XIX, estabelecendo uma relação estreita com as ideias encontradas no *Ensaio sobre a desigualdade das raças*, onde Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) apresentou a perspectiva racialista em seus termos fundamentais. Ernest Renan (1823-1892), Gustave Le Bon (1841-1931) e Hippolyte Taine (1828-1893) podem ser considerados como os principais nomes desse novo tipo de abordagem do desenvolvimento das sociedades como processos de evolução determinados por sua constituição biológico-racial.

9 Segundo Éder Silveira (2005, p. 65) “[...] um complexo jogo de sentidos com as ideias de raça e nação, colocando em xeque a identidade nacional na busca do brasileiro essencial, da ontologia do tipo nacional, num processo que se daria enquanto negação, ao olhar para o país pela falta, pelo que deveria ser, num movimento que traz já no oitocentos, um projeto de intervenção social, levado a cabo com mais força, em especial, na década de 1910”.

ções de intercâmbio cultural, perfil comum que lhes garantia, de um lado, certo reconhecimento, de outro, certa polivalência, que nesse caso encobria a parca especialização, ou mesmo a frágil delimitação das áreas de saber.

Cabe destacar também que, nas décadas finais do século XIX, o ponto de vista racista de análise do social não era de modo algum marginal, sendo partilhado por intelectuais hoje reconhecidos como precursores das Ciências Humanas no País. Empenhados no duplo objetivo de revelar o passado e prever o porvir nacional, os teóricos racistas locais dividiam-se entre aqueles que se mostravam otimistas quanto ao progresso nacional, como Sívio Romero (1851-1914), e aqueles que anteviam com pessimismo um processo de decadência, como Raymundo Nina Rodrigues (1862-1906). Em qualquer das alternativas, o elemento determinante para o triunfo do progresso, ou da decadência, seria a constituição biológico-racial da população brasileira, mestiça por excelência.¹⁰

Assumindo ares de paradigma entre a intelectualidade local, o racismo que emergiu e se afirmou ao fim dos Oitocentos assumiu novos contornos, um deles foi a emergência de um discurso eugenista de cunho nacional. Em uma atmosfera intelectual tão propícia como a do Brasil das primeiras décadas do século XX, tendo em vista a afirmação do racismo local como um saber constituído a partir de verdades científicas, a eugenia (*eu*: boa; *genus*: geração) encontrou ampla recepção. Como referi anteriormente, a ciência do melhoramento racial foi proposta em seus fundamentos básicos por Galton (1888 [1904], p. 165), que definiu a eugenia como “a ciência que trata de todas as influências que melhoram as qualidades inatas de uma raça, bem como das qualidades que se pode desenvolver até alcançar a máxima superioridade”.

Ao propor as bases científicas da eugenia, Galton havia procurado demonstrar como as leis do evolucionismo biológico, quando bem utilizadas, poderiam ser aplicadas na promoção de amplas reformas sociais. Segundo Éder Silveira (2005, p. 81), a teoria galtoniana tomava por princípio a ideia de que “todos os traços constitutivos da individualidade humana, suas potencialidades e seus desvios estariam depositados na hereditariedade”. Na trilha das teorizações que Arthur de Gobineau desenvolveu em seu *Ensaio sobre a desigualdade das raças*, Galton enxergava na mestiçagem racial o maior inimigo da civilização. Se não fossem

10 Diferentemente de Sívio Romero (KERN, 2012, p. 44-66), formulador de um prognóstico otimista em relação à homogeneização da identidade nacional através do branqueamento do mestiço ideal, os estudos de Nina Rodrigues demonstram seu ceticismo em relação à possibilidade de que o tipo mestiço, mesmo existindo, viesse a predominar entre a população do Brasil, fosse num futuro próximo ou mais distante.

observados os pressupostos da eugenia, a degenerescência racial conduziria à decadência as civilizações existentes. Processo que, em sua opinião, já estava em curso com a fragilização da posição de classe da nobreza europeia.

Caberia aos estudiosos comprometidos com a eugenia se valerem da estatística, especialidade de Galton, para quantificar as qualidades raciais características dos diferentes grupos sociais, bem como dos indivíduos que os compunham. Com base nesses dados estatísticos deveriam ser elaboradas medidas político-sociais de controle da hereditariedade, neutralizando e combatendo a degeneração em favor do melhoramento racial e da regeneração social. Como afirmou Jean-Paul Thomas (1995, p. 59) em *Les fondements de l'Eugénisme*:

Ao promover sua *démarche* eugenista, Galton preconiza uma seleção de cruzamentos entre membros das melhores linhagens [raciais] com o objetivo de lhes tornar ainda melhores, contribuindo para o desabrochar da raça humana. Essa vontade eugenista se exprime, naturalmente, por um interesse particular sobre a seleção artificial.

Note-se que a emergência da eugenia é um exemplo por excelência do modo como o determinismo biológico-racial se constituiu a partir de um vínculo explícito entre discurso científico e discurso do poder, vínculo esse que se estabeleceu em certa altura do século XIX e que encontraria incríveis implicações no século XX, com a traumática experiência nazista.

Como estratégia biopolítica — uma vez que exercida sobre a vida da população, composta por uma espécie dividida, por sua vez, em raças —, a eugenia materializava a ideia de que as políticas sociais deveriam ter por base a determinação biológica. Propunha, para isso, duas formas diversas de intervenção: a eugenia positiva visava fortalecer os mais aptos, os racialmente qualificados de uma determinada população, enquanto a eugenia negativa visava impedir a reprodução de indivíduos e grupos considerados degenerados e, portanto, indesejados porque racialmente inferiores. Como afirmou Silveira (2005, p. 83) em seu *A cura da raça*:

No primeiro caso, Galton propunha que a eugenia tivesse a educação matrimonial como foco: dever-se-ia estimular a união entre casais com saúde perfeita, capazes de prover tipos eugênicos, através da construção de uma consciência eugênica. A eugenia negativa, por outro lado, consistiria numa atuação mais direta em “casos perdidos”. Quando indivíduos ‘degenerados’ fossem localizados, dever-se-ia esterilizá-los a fim de impedi-los de procriar e de gerar, assim, seres que já nasceriam marcados pelas taras dos pais.

Argumentando em defesa da eugenia e de seu valor científico e social em conferência apresentada na *Sociological Society* da Universidade de Londres, em 1904, Galton (1988, p. 170) foi incisivo ao defender a “divulgação da importância nacional da eugenia”:

Primeiramente, deve-se ser familiarizada como questão acadêmica, até que haja sido compreendida e aceita, de fato, em sua exata importância; *segundo*, deve ser reconhecida como uma matéria cujo desenvolvimento prático merece uma séria consideração; *terceiro*, deve ser introduzida na consciência nacional como uma nova religião.

A eugenia, de acordo com o entendimento de Galton, deveria ser estudada e compreendida, praticada e reconhecida, tornando-se um valor nacional para a Inglaterra. Faz-se importante ter em conta os aspectos fundamentais das formulações teóricas de Galton, principalmente para sugerir as aproximações e distanciamentos em relação às teorias eugenistas produzidas no Brasil. Um aspecto relevante a ser considerado em mais profundidade é o fato de que Galton foi, sobretudo, um teórico da decadência. A eugenia seria antes de tudo uma forma de impedir a dissolução dos valores civilizatórios da sociedade do antigo regime. Conforme Jean-Paul Thomas (1995, p. 5-6), a eugenia galtoniana foi “assombrada pelo espectro de uma decadência das sociedades ocidentais, ameaçadas pela fecundidade das classes trabalhadoras, reputadas como perigosas e inferiores”.

No Brasil, diversamente, a eugenia abriu um novo campo de possibilidades no horizonte científico e político. Para muitos “homens de ciência” da primeira metade do século XX, a eugenia oferecia a possibilidade de equacionar o ideal do progresso com a realidade da mestiçagem racial: a solução seria promover o melhoramento racial em larga escala, intervindo sobre a constituição racial da população para torná-la apta ao progresso.¹¹ É importante reter, contudo, que o surgimento do pensamento eugenista esteve intimamente relacionado ao valor referencial das teorias sobre a raça e as relações raciais que por aqui haviam sido formuladas desde as últimas décadas do século XIX. Parece-me difícil propor uma compreensão do processo de emergência do discurso eugenista

11 Segundo Stepan (2004, p. 356), embora a afirmação tenha de ser relativizada, a intelectualidade da Primeira República, no seio da qual o movimento eugenista teve destaque, passou “a rejeitar sua tradicional dependência de valores e conhecimentos europeus, e a buscar maneiras de reinterpretar suas próprias condições climáticas e raciais de modo a se permitirem uma visão mais otimista do país, compatível com o que acreditavam ser os imensos recursos naturais e a singular composição racial do Brasil”.

produzido no Brasil sem que se leve em conta sua indissociável relação com o racismo local.

Neste sentido, os médicos, bacharéis e cientistas que tomaram parte no movimento eugenista foram levados a se posicionarem politicamente frente ao que entendiam como os principais problemas sociais da nação. A ciência de Galton, todavia, tomou contornos próprios no Brasil. Enquanto na Europa as intervenções eugênicas surgiram como complemento de políticas de seguridade social em parte consolidadas, no contexto brasileiro a eugenia apareceu junto ao debate em torno das primeiras políticas sociais.

Além disso, os teóricos eugenistas brasileiros se mantiveram no registro lamarckista de compreensão da hereditariedade. Diversamente da vertente mendelista assumida pela eugenia europeia, continuaram aceitando os postulados da herança dos caracteres adquiridos, bem como da ação das influências externas sobre o plasma germinativo. Essa compreensão, apontando para o possível sucesso das reformas do ambiente social e para o melhoramento permanente dos caracteres hereditários, permitiu aos formuladores das políticas sociais se valerem da eugenia, propondo intervenções tanto para o controle da hereditariedade, em favor do branqueamento, quanto para reformas do meio.

A gestão biopolítica da mestiçagem racial como branqueamento da população brasileira

Uma das alternativas para contornar o atraso e tomar os trilhos do progresso, já apontada por teóricos racialistas nas décadas finais dos Oitocentos, entre eles Sílvio Romero, seria o branqueamento da população brasileira. Com o surgimento do movimento eugenista, essa possibilidade foi assumida como projeto de Estado. Das recorrentes teorizações sobre o caráter mestiço da população brasileira, Antonio Negri e Giuseppe Cocco (2005) propõem que surgira uma efetiva gestão da mestiçagem, essencial às estratégias biopolíticas adotadas pelo Estado durante a Primeira República (1889-1930). A eugenia localmente produzida, desse modo, se constituiu como estratégia para a gestão biopolítica de uma população vista como racialmente mestiça e degenerada, portanto, considerada despreparada para a tarefa de contribuir verdadeiramente para o progresso nacional.

Apoiado no discurso eugênico, modulador do funcionamento do biopoder, o projeto de branqueamento da população brasileira pôde ser definido. Gerindo a mestiçagem apoiado em saberes científicos, a partir dos quais eram definidas determinadas práticas políticas, o discurso eugênico

encontrava na noção de raça, em sua ênfase biológica, a categoria mobilizadora de uma série de reflexões. Nos trabalhos de homens de ciência, tais como João Baptista Lacerda e Oliveira Viana, as relações entre raça e hereditariedade aparecem como elementos sobre os quais as estratégias biopolíticas deveriam intervir efetivamente, dando lugar à materialização discursiva do chamado ideal do branqueamento. É sobre esse último ponto que gostaria de insistir.

As especulações de Lacerda acerca do branqueamento são um marco no registro do pensamento eugênico e do ideal do branqueamento no Brasil. Médico formado pela Faculdade do Rio de Janeiro e na qualidade de então diretor do Museu Nacional, Lacerda já era um cientista renomado em âmbito nacional quando foi escolhido para representar oficialmente o Brasil no “Congresso Internacional das Raças”, realizado em Londres entre 26 e 29 de julho de 1911. Conhecedor das proposições eugenistas de Galton e da última palavra em ciência da época, o cientista é lembrado principalmente pelo teor das previsões contidas na conferência *Sobre os mestiços no Brasil*, apresentada no referido Congresso das Raças.

Lacerda dedicara o início de sua conferência à abordagem dos fatos que permitiam constatar que os seres humanos estavam divididos em raças e não em espécies. Seu interesse residia, sobretudo, nas consequências que tal constatação tinha para o estudo da mistura entre as raças que compunham a população brasileira. Para avaliar as consequências da mestiçagem racial, o papel do elemento negro, considerado uma vítima da escravidão, deveria ser colocado em primeira instância. Vindo para o Brasil “completamente selvagem [...] no estado de mais completo embrutecimento no qual é possível decair uma raça humana” (LACERDA, 2011 [1911], p. 236), sua contribuição seria algo extremamente negativo, na medida em que seria portador de uma série de características inerentes à sua constituição racial:

Vícios de linguagem, vícios de sangue, concepções errôneas sobre a vida e a morte, superstições grosseiras, fetichismo, incompreensão de todos os sentimentos elevados de honra e de dignidade humana, baixo sexualismo: tal é a triste herança que recebemos da raça negra. Ela envenenou a fonte das gerações atuais; ela irritou o corpo social, aviltando o caráter dos mestiços e abaixando o nível dos brancos (LACERDA, 2011, p. 236-237).

Como se vê, no tocante à condição racial dos negros, Lacerda partilhava dos juízos científicos amplamente aceitos pelos participantes do Congresso, admitindo, em princípio, que a composição racial brasileira não seria favorável ao progresso e ao desenvolvimento moderno. Contudo suas observações sobre a realidade racial do Brasil lhe permitiam afir-

mar que, embora relevantes, as características raciais nocivas dos negros, que inevitavelmente a maior parte dos mestiços carregava consigo, poderiam ser suprimidas através da própria mestiçagem.

Para Galton, o melhoramento eugênico-racial deveria ser realizado através de um controle da hereditariedade que garantisse, através de intervenções estatais, a reprodução entre tipos eugênicos racialmente adequados. Sendo assim, a pureza racial aparecia como critério fundamental para a definição do padrão eugênico ideal. Em contrapartida, a mestiçagem racial era considerada um fator disgênico, pois teria como produto a degeneração. Neste sentido, para dar lugar à sua teoria do branqueamento, Lacerda inverteu o postulado galtoniano, afirmando a possibilidade da produção de tipos eugênicos adequados ao progresso mesmo através da miscigenação de diferentes raças. Operando seletivamente com a teorização de Galton, Lacerda propunha que a mestiçagem deveria ser corretamente orientada.

Uma especificidade da mestiçagem racial em curso no Brasil inquietava Lacerda sobremaneira: o fato de que, antes de tudo, esse processo estivesse garantindo aos mestiços manterem os caracteres intelectuais de seus reprodutores racialmente superiores, ou seja, os brancos. Se fisicamente o mestiço era inferior aos seus progenitores, através da “influência de fatores cuja natureza nos escapa”, suas “qualidades intelectuais alcançam um [alto] grau de superioridade”; efeito produzido por “uma força desconhecida” que faz “florir neles uma inteligência capaz de atingir um desenvolvimento que não foi apanágio de nenhum de seus ascendentes” (LACERDA, 2011, p. 236-237). Em certa passagem da sua conferência, Lacerda anunciava:

A seleção sexual contínua aperfeiçoa sempre ao subjugar o atavismo e purga os descendentes de mestiços de todos os traços característicos dos negros. Graças a esse processo de redução étnica, é lógico supor que, no espaço de um novo século, os mestiços desaparecerão do Brasil. [...] Vivendo uma existência quase selvagem, sujeito a todas as causas de destruição, sem recursos suficientes para se manter, refratário a qualquer disciplina que seja, o negro se propaga sobre as regiões pouco povoadas e tende a desaparecer de nosso território, como uma raça destinada à vida selvagem e rebelde à civilização. [...] A população mista do Brasil deverá então ter, dentro de um século, um aspecto bem diferente do atual. As correntes de imigração europeia, que aumenta a cada dia e em maior grau o elemento branco desta população, terminarão, ao fim de certo tempo, por sufocar os elementos dentro dos quais poderiam resistir ainda alguns traços dos negros (2011, p. 239).

A correta gestão da mestiçagem aparecia como solução, como condição de passagem ao branqueamento efetivo da população, e, por consequência, ao melhoramento racial. Em sua teorização, a assumida profecia científica do branqueamento é exposta em toda sua extensão:

[...] o completo desabrochar das raças superiores, formadas por elementos imigrados de países europeus, deveria, no espaço de um século, dar um aspecto bem diferente do atual à população do Brasil; quando isso se realizar, o mestiço e o negro terão desaparecido, deixando lugar ao branco [...]; os descendentes portugueses, cruzados com italianos e alemães, formaram uma população de aparência toda europeia, modificada pela ação do clima tropical: população vigorosa, inteligente, amiga do progresso, plena de ardor ao trabalho, que sabe utilizar de todas as conquistas da civilização para melhorar as condições de sua existência (LACERDA, 2011, p. 240).

O branqueamento, em um texto como o de Lacerda, revela o traço de originalidade do discurso eugenista forjado no Brasil. Como afirmou Mozart Linhares da Silva (2013, p. 932), tratava-se de “uma tradução teórica paradoxal, mas que demonstrava também um debate sobre a identidade nacional que procurava equacionar a conformação da população, diversa e mestiça, com as teorias raciais da época”. Como afirmou Schwarcz (2011, p. 228) em um interessante ensaio acerca da conferência de Lacerda:

De problema, o cruzamento racial se convertia em solução, e nosso enviado oficial apostava numa espécie de mestiçagem redentora, que se lograria a partir de algumas políticas públicas concernentes à imigração; de algumas certezas da ciência que apostava na seleção – branca – dos mais fortes. O fato é que a tese era abusada: em um século, e após três gerações, seríamos brancos.

Ainda no que diz respeito ao desenvolvimento da eugenia no Brasil, o pensamento de Oliveira Viana constitui, ao lado de Lacerda, o exemplo mais acabado da teoria da mestiçagem racial entendida como um processo de branqueamento da população do país. Bacharel formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1906, foi um intelectual de grande influência durante as primeiras décadas do século XX. Viana, a quem Gilberto Freyre (2006, p. 387) definiu como nosso maior “místico do arianismo”, teve sua teoria da arianização da população brasileira elevada ao patamar de paradigma no pensamento brasileiro de sua época.

Em *Evolução do Povo Brasileiro*, publicado originalmente em 1923, Viana parte de uma densa fundamentação histórica e antropológica para demonstrar que em “nossos grupos mestiços o *quantum* de sangue bran-

co cresce cada vez mais, no sentido de um refinamento cada vez mais apurado da raça” (VIANA, 1956, p. 183).

No capítulo intitulado “Evolução da Raça”, o teórico empreendeu uma análise da história racial do Brasil. Reconhecendo o grau de diferenciação em que se deu o caldeamento entre as “três raças fundamentais” ao longo do território brasileiro, Viana (1956, p. 140) aponta para a impossibilidade de se definir um “tipo único e nacional”. Mesmo sendo relevante o “soberbo eugenismo de muitas das famílias de nossa velha aristocracia rural”, e ainda mais fundamental “a persistência excepcional do seu eugenismo durante cerca de trezentos anos”, a diversidade geográfica e racial teria retardado o “trabalho arianizante [...] sobre a massa mestiça” (1956, p. 147), resultando no característico melanismo do povo brasileiro.

Na medida em que o negro e o índio, em si, não teriam contribuído com “nenhum elemento de valor” ao processo civilizatório ensejado pela “ação modeladora do homem de raça branca”, as chamadas raças bárbaras “só se fazem agentes de civilização [...] quando perdem a sua pureza e se cruzam com o branco” (VIANA, 1956, p 158). Desse modo, sua aposta no sucesso do trabalho arianizante da mestiçagem racial se afirma sobre a possibilidade da preponderância daquilo que chama de cruzamentos felizes:

Um cruzamento feliz de um tipo superior de negro ou de índio com um branco bem dotado de eugenismo pode produzir um mulato ou um mameluco superior, se porventura, pelo jogo das influências hereditárias, preponderar nesse cruzamento o eugenismo de tipo branco (VIANA, 1956, p. 159).

Ainda que a absorção do que compreendia como raças bárbaras através da mestiçagem estivesse acontecendo através de “uma lenta elaboração histórica”, os estudos estatísticos de que se serviu largamente lhe permitiam delinear uma tendência “para a arianização progressiva dos nossos grupos regionais, [indicador de que] o coeficiente da raça branca eleva-se cada vez mais em nossa população” (VIANA, 1956, p. 170). Viana (1956, p. 174) também se empenhou no elogio ao incentivo oficial do Estado à entrada de imigrantes europeus em larga escala no Brasil, principal forma de promover o branqueamento da população, algo visto como indispensável ao progresso nacional:

Esse admirável movimento migratório não concorre apenas para aumentar rapidamente, em nosso país, o coeficiente de raça ariana pura; mas também, cruzando-se e recruzando-se com a população mestiça, contribui para elevar, com igual rapidez, o teor ariano de nosso sangue.

Para o evidente aprimoramento racial que estaria em curso no Brasil com o incremento da imigração europeia nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, também concorreriam os fenômenos relativos às chamadas seleções sociais “que aceleram extraordinariamente entre nós a rapidez do processo redutor dos elementos bárbaros” (VIANA, 1956, p. 176). O gradual desaparecimento do negro seria decorrência de três causas: miséria, vício e castigo — correspondentes imediatas das seleções social, patológica e econômica, às quais a raça negra estava inevitavelmente predisposta. Assim a redução dos elementos bárbaros estaria assegurada: a) pela estabilização e posterior decréscimo da população negra; b) pelo afluxo das raças arianas europeias; c) pelas poderosas seleções sociais favoráveis, que assegurariam melhores condições de vida ao homem de raça branca.

O sucesso do branqueamento da população dependeria da indução do cruzamento de indivíduos brancos com indivíduos mestiços de tipo superior, bem como da eliminação gradual dos tipos mestiços inferiores em função de sua inerente fraqueza física. A teoria do branqueamento do povo brasileiro postulada por Viana assinalava que o movimento de arianização estava representado pelo crescimento da população branca pura. Mas o fundamental seria, sobretudo, os efeitos das seleções eugênicas no “seio da própria massa mestiça” onde se daria a “redução do coeficiente de sangue bárbaros”, assim como a evolução do “teor ariano de nosso sangue” (VIANA, 1956, p. 175). Tomando como objeto o homem-espécie, constituinte de uma população dividida hierarquicamente em raças, por sua vez, portadoras de atributos culturais próprios e inerentes à sua condição biológica, o discurso eugênico elaborou continuamente um caminho para a correta gestão biopolítica da mestiçagem.

Uma característica essencial da biopolítica é a necessidade de definir “o limiar que articula e separa aquilo que está dentro daquilo que está fora” (CASTRO, 2011, p. 27), ou seja, é necessário estabelecer continuamente a norma. A eugenia brasileira, analisada principalmente a partir dos trabalhos de Lacerda e Viana, pensou a gestão biopolítica da mestiçagem pelo prisma da ciência, definindo critérios próprios de exclusão e inclusão — par fundamental para o funcionamento da norma — de acordo com os objetivos de sua teoria do branqueamento. Nesse vínculo entre biopolítica e racialismo, a partir do qual o discurso eugênico estabelecia sua norma, aparecia como necessidade fundamental a eliminação gradual da “raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal)” (FOUCAULT, 1999, p. 305).

Considerações finais

Tributários de um racismo que assumiu contornos próprios e efetivamente originais no Brasil, os teóricos eugenistas brasileiros empreenderam a formulação de estratégias propriamente biopolíticas, no sentido de orientar cientificamente a gestão da mestiçagem racial no País. Uma análise mais aprofundada neste sentido, de todo modo, ainda está por ser realizada.

Todavia, a partir do que sugeri no transcórre deste, creio ser possível arriscar algumas considerações: a) os teóricos eugenistas propuseram intervenções sobre uma coletividade entendida como uma população; um corpo múltiplo constituído por indivíduos pertencentes a uma espécie biológica, todavia dividida em raças; b) tomaram a mestiçagem racial como um fenômeno de larga escala, que deveria ser pensado na longa duração; c) valeram-se largamente de medidas globais, inclusive de estudos estatísticos, para formularem previsões em torno do futuro da composição racial da população do país; d) propuseram formas científicas de regulação e condução das relações raciais através da norma; desse modo, formularam o que Negri e Cocco chamaram de gestão biopolítica da mestiçagem racial, traçando a fronteira que limita o normal e o anormal; neste caso, delimitando quais seriam os tipos raciais adequados e inadequados ao desenvolvimento do país; e) por fim, a eugenia, ciência da condução da hereditariedade e do melhoramento racial, serviu como base científica para intervenções estatais no sentido do branqueamento da população brasileira, visto como condição necessária para superar o atraso nacional rumo ao progresso modernizante.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CASTRO, Edgardo. *Giorgio Agamben. Uma arqueologia de la potencia*. Buenos Aires: Jorge Baudino Ediciones/USNAM EDITA, 2008.
- _____. *Lecturas foucaulteanas. Una historia conceptual de la biopolítica*. Buenos Aires: Unipe Editorial, 2011.
- _____. *Vocabulário de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões (campanha de Canudos)*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

DREYFUS, Hubert, RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: Didática, 2007.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006a.

_____. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Global, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. *Em defesa da sociedade: curso do Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. “O sujeito e o poder”. In DREYFUS, Hubert, RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2009b.

GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GALTON, Francis. *Herencia y eugenesia*. Alianza Universidad: Madrid, 1988.

HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

KEHL, Renato Ferraz. “A eugenia no Brasil”. In PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Actas e Trabalhos*. Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina, 1933, p. 45-62.

KERN, Gustavo da Silva. *Ações Afirmativas e educação: um estudo genealógico sobre as relações raciais no Brasil*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação e Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

_____. *Eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem racial no Brasil*. Bogotá: IV Coloquio Latinoamericano de Biopolítica y II Coloquio Internacional de Biopolítica y Educación, 2013.

_____. *Racialismo, Eugenia e Educação nas primeiras décadas do século XX*. Goiânia: 36ª Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 2013a.

LACERDA, João Baptista. “Sobre os mestiços no Brasil”. SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco”. In *História, Ciências, Saúde*. Rio de Janeiro: v. 18, nº 1, jan.-mar., 2011, p. 225-242.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e História*. Lisboa: Editorial Presença, 2010.

- MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe Mario. *Global: biopoder e lutas em uma América Latina globalizada*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. *Actas e Trabalhos*. Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina, 1933.
- RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. "O conceito de biopoder hoje". *Política e Trabalho – Revista de Ciências Sociais*. nº 24, abril de 2006. p. 27-57.
- RODRIGUES, Raymundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1894.
- _____. *Os africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010 [1933].
- ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira (Tomo Primeiro)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949 [1888].
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. "Apresentação". In FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007.
- _____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. "Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco". In *História, Ciências, Saúde*. Rio de Janeiro: v. 18, nº 1, jan.-mar., 2011, p. 225-242.
- SILVA, Mozart Linhares da. "Biopolítica, Educação e Eugenia no Brasil (1911-1945)". *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 8, p. 921-943, 2013.
- SILVEIRA, Éder. *A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médico rio-grandense nas primeiras décadas do século XX*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2005.
- STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- _____. "Eugenia no Brasil (1917-1940)". In HOCHMAN, Gilberto (org). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004, p. 331-382.
- VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- VIANA, José de Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956 [1923].

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 04 *Ermani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Kilpp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Edson Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 14 *Julio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Debora Krischke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymond Faoro* – Helga Irace-ma Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societa-ria* – Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos* – UNISINOS – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde* – Porto Alegre, RS – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Ailton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentili Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de ‘A Teoria da Classe Ociosa’* – Leonardo Monteiro Monstero
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Edson Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leister, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missioneiro no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 49 *Copêrnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evliázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éliada Azevedo Henington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
- N. 53 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 54 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 55 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 56 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 57 *O crescimento como condição de uma sociedade convivial* – Serge Latouche
- N. 58 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Gunter Kuppers
- N. 59 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 60 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 61 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 62 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman

- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isala
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octaviano A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missionária colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santlana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Atílio Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de caladores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marínes Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premevida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, temo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentil Delanhési
- N. 114 *SBT: jogo, televisivo e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kusche*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Pettele
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins

- N. 131 *A phília como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Soulo Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greycy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Dômenica Hatige e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camilla Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schulz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimizações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsmans e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camali e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estatal no Brasil: De como la ley es como la serpiente: solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apatridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci

- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ángel Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karta Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Cami-neiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Ellul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelson Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas



Gustavo da Silva Kern possui graduação em História pelo Centro Universitário Metodista. Especialista em História Africana e Afro-brasileira pela Faculdade Porto-Alegrense. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutorando em educação pela mesma Universidade. Desenvolve estudos em torno das relações entre a questão racial e a Educação no Brasil, abordando temáticas como: pensamento racista brasileiro; discursos eugenistas; políticas de inclusão social e a emergência das políticas de ação afirmativa no Brasil.

Algumas obras do autor

KERN, Gustavo da Silva. Gilberto Freyre e Florestan Fernandes: o debate em torno da democracia racial no Brasil. *Revista Historiador*, v. 6, p. 82-92, 2014.

_____. Questão racial, ações afirmativas e currículo: uma discussão em torno das diretrizes para a educação das relações étnico-raciais. *Linhas* (Florianópolis. Online), v. 15, p. 323-343, 2014.

_____. Ações afirmativas e politização da questão racial: relações com o currículo de História. *Revista Latino-Americana de História*, v. 2, p. 442-459, 2013.

Outras publicações

KERN, Gustavo da Silva. “Cruzamentos felizes”, branqueamento e biopoder. [25/08/2014]. *Revista IHU On-Line*, nº 451. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Entrevista concedida a Andriolli Costa.



UNISINOS